

# A RELAÇÃO COM O CONHECIMENTO NAS CIÊNCIAS SOCIAIS NA ATUALIDADE \*

Hugo Zemelman \*\*

## THE RELATIONSHIP WITH KNOWLEDGE IN THE SOCIAL SCIENCES TODAY

### RESUMO

Este artigo discute vários problemas da pesquisa em ciência sociais, principalmente o das limitações na conceitualização e no uso de categorias de análise dos fenômenos sociais.

A incorporação da historicidade dos conceitos é defendida não apenas como exigência metodológica, mas também como necessária ao reconhecimento da dimensão política da construção do conhecimento.

**PALAVRAS-CHAVE:** pesquisa, historicidade, déficit conceitual

### ABSTRACT

This article discusses many problems concerning the research in social sciences, especially the limitations in conceptualizations and the use of categories in the analyses of the social phenomena. The incorporation of the concepts' historicity is defended not only as a methodology's need but as something fundamental to the political dimension of the construction of knowledge.

**KEY-WORDS:** research, historicity, conceptual deficit

---

\* Conferência proferida na Faculdade de Educação em setembro de 1998.

\*\* Professor do Colégio de México — Colmex.

O debate sobre a relação com o conhecimento faz convergir, conjuga ou articula discussões que provêm de diferentes fontes, como a filosófica e as de ordem metodológicas, mais operativas. O problema da relação com o conhecimento tem sido mais analisado no plano dos discursos filosóficos do que no plano dos métodos — pelo menos como são tratados os métodos no âmbito das ciências sociais.

Refiro-me à discussão metodológica dominante, que tem uma forte influência dos desenvolvimentos técnicos. Em muitos lugares, o desenvolvimento metodológico se identifica muito fortemente com o desenvolvimento técnico, e, dentre os técnicos, com o desenvolvimento das técnicas quantitativas. Recentemente começou a desenvolver-se uma linha complementar a essa, a das técnicas qualitativas. Apesar disso, não se chegou a resolver o grande problema da relação com o conhecimento, que está colocado desde o século XIX. Mesmo com o surgimento, na última metade do século XIX, da discussão epistemológica em relação à ciência, o problema da relação com o conhecimento não tem sido trabalhado de forma vinculada com a prática de pesquisa.

Por que este problema é relevante? Porque são relevantes ou significativas as discussões metodológicas, quando não as

confundimos com as discussões técnicas. As discussões técnicas deixaremos fora deste debate, porque elas têm uma certificação operativa que não se questiona. Quando se trata de pesquisadores, há um problema que precede o das técnicas, que é o da organização da mente, ou seja, como estão pensando o que querem estudar. É nesse âmbito que se situa o problema da relação com o conhecimento. Nesse sentido, não podemos dizer que existam regras. Por isso é mais simples, porque não há regras preexistentes; mas precisamente porque não há regras é mais complexo.

No processo de pesquisa há um primeiro momento, que vamos chamar de construção do objeto, e um segundo, que seria o momento próprio da análise da informação que tal objeto requer. É nesse segundo momento, de recompilação, sistematização e análise, que tem importância a técnica. No primeiro momento, ela tem uma importância relativa, ou pelo menos subordinada ao que aqui se está chamando “a forma de raciocínio” somente para efeito de ordenar o quadro das idéias. Detenhamos, então, apenas no primeiro momento.

O primeiro momento do processo de pesquisa desdobra-se em várias etapas pelas quais se transita, às vezes, demasiado rapidamente. A primeira, geralmente resolvemos com muita facilidade: como

escolho um tema? E porque o escolho? Mas não é tão simples assim.

A segunda etapa é: o que faço com o tema, uma vez escolhido? Qual é a minha primeira relação com o tema? É um ponto grave e significativo, que influencia fortemente o curso posterior da pesquisa.

A terceira é a construção, propriamente, de um objeto. É nesse primeiro momento, com suas respectivas etapas, esquematicamente ditas, que se situam os problemas que vamos analisar. Existem relações entre certas exigências de pesquisa e grandes problemas, que às vezes se maneja com um altíssimo nível de abstração e que, por isso, se crê que são parte da preocupação da pesquisa. Tais problemas são considerados como próprios dos teóricos, dos filósofos da ciência. E é aí que surgem os enganos. Por exemplo: quando nós falamos de um tema, o que queremos dizer com isso? Parece algo óbvio: o tema é o que eu defino. Mas pode ocorrer que a escolha do tema esteja fortemente determinada por preferências de caráter teórico, por simples afã, ou por hierarquia de valores ou ideológica. Nos anos 60 e 70, na América Latina, a investigação nas ciências sociais partia de definições temáticas que tinham um sustento claramente valorativo e ideológico. Então a questão é eliminar a influência do ideológico, ou eliminar as cargas de valoração ou axiológicas? Não!

O problema é saber reconhecer o peso que têm os valores ou o peso que têm as preocupações ideológicas na definição de um tema. Se consideramos que o pesquisador em ciências humanas está preocupado em conhecer realidades em um determinado momento histórico — não qualquer momento histórico —, a questão é como ele decidiu por esse momento histórico. É muito fácil dizer: decidi por este momento histórico porque alguém me indicou ou porque li determinado livro. Mas essa poderia ser uma decisão equivocada.

Aqui estamos incorporando um grande tema: o histórico. Estou incorporando minha localização histórica como sujeito pensante quando escolho o tema, na forma como o enuncio, como o formulo, na significação que lhe estou atribuindo. Aí encontramos uma primeira conexão entre o pesquisador, como sujeito pensante, e o momento histórico. Esse momento histórico está determinando o pesquisador e está fazendo-se presente nele, no seu trabalho de pesquisa, através de como ele define o tema. Coloquemos um exemplo clássico: não se pode estudar a democracia hoje como se estudava antes dos regimes militares. Às vezes não se tem claro isso, e se começa a utilizar textos teóricos que tiveram em conta outras problemáticas relativas à democracia, como as teorizações dos

autores italianos ou outros que não tiveram presente — não podiam tê-lo — o que ocorreu com as interrupções democráticas na América Latina nos anos 60 e 70. A interrupção pelos golpes militares dos regimes democráticos em tantos países da região em um lapso de cerca de dez anos, é um fenômeno que está incidido no que é a democracia hoje. Por muito que falemos de redemocratização, evidentemente o que estamos hoje em dia vendo como democracia não é a democracia que existia até os anos 60. Isso é algo de senso comum. No entanto, não se incorpora na pesquisa. Isso não acontece apenas com a democracia, mas com qualquer tema que seja: o processo de trabalho, a educação, a pobreza, as estratificações sociais, a problemática étnica...

Não resta dúvida de que é necessário ter em conta a história, entendida como um momento complexo, um universo de pertencimento tanto do sujeito que está pesquisando como daquele que está sendo pesquisado, se queremos construir um conhecimento útil. E o que é um conhecimento útil? O conceito de utilidade tem pelo menos duas implicações para os efeitos desta discussão.

A primeira, que a utilidade do conhecimento depende da capacidade do pesquisador de captar o fenômeno que lhe preocupa tal como o fenômeno surge

ou está surgindo em um momento histórico determinado — não em qualquer momento histórico.

A segunda, que será útil o conhecimento na medida em que, ao captar-se o fenômeno tal como surge em um momento histórico, se é capaz de reconhecer, no fenômeno, dimensões sobre as quais possam organizar-se ou desenhar-se práticas sociais ou políticas.

Se não posso atuar sobre o abstrato em geral, tenho de atuar sobre o que é específico do fenômeno, e o específico não é o seu caráter contingente, o específico é precisamente o caráter histórico do fenômeno tal como se mostra em um recorte de observação segundo o momento que se está vivendo. Hoje em dia, por exemplo, os governos de vários países se debatem em torno de problemas que são relativamente os mesmos. No entanto, esses problemas têm suas especificidades. Atualmente, no México e no Chile, por exemplo, há um grande debate sobre a pobreza, se há ou não pobres nesses países, como atuar em relação aos mesmos, como definir políticas sobre eles. Poder-se-ia questionar: por que tanto problemas? E os indicadores são esses? Mas não existem estes indicadores! Existem os números, mas não o indicador. Nem sempre se entende o que significa ser pobre. É diferente ser pobre em Guanahaca e em Monterrey,

para mencionar duas situações extremamente polares, no México. Não é o mesmo ser pobre em São Paulo e ser pobre no Nordeste. Não é o mesmo ser pobre, no Chile, em uma província rural, dominada pela velha unidade produtiva, que ainda mantém uma certa tradição derivada da velha *hacienda*, e ser pobre nos centros industriais exportadores de frutas. Um fenômeno aparentemente tão claro — pobre — é, na verdade, muito complexo, porque pode significar coisas distintas, segundo o contexto em que se está estudando. Mas se eu quero ser efetivo, necessito saber o que é ser pobre em termos específicos, de outro modo não há políticas possíveis. Haverá manipulação estatística, que é uma maneira de legitimar o discurso, mas não uma maneira de resolver o problema.

O problema do momento histórico, que já está presente no instante mesmo de escolher um tema, é muito complexo. Coloquemos um exemplo de complexidade: que significa a globalização? Que significa falar de globalização em um país ou em outro? Que significa falar de globalização econômica, quando se está preocupado, por exemplo, com a agricultura, a indústria manufatureira, a educação? A globalização tem conseqüências obviamente diferentes. Quais são? Como recolhê-las? Quantas globalizações podemos distinguir, ou há

uma só? Quando enfrento um tema e trato de pensá-lo de acordo não com meu gosto pessoal, não à minha moda intelectual, não de acordo com meus juízos ideológicos ou de valor — que sempre se farão presentes legitimamente ou não —, mas quando estou a pensá-lo à luz do momento histórico, como incorporo o momento histórico a ele?

Há poucos dias, na Argentina, fui questionado da seguinte forma por um aluno de pós-graduação em educação: — Professor, na Argentina estamos derrotados ou não? Nesse questionamento aparecem vários problemas. Há todo um padrão de comportamento, um padrão mental que passa a aceitar determinados fatos como evidentes, sem questioná-los. Isso está fortemente vinculado à falta de historicidade do pensamento. E na medida em que se deixa de fora a história, entendida como o momento histórico do tema, se está empobrecendo esta realidade. Empobrecendo-a no sentido de assumir, às vezes de maneira inconsciente, uma forma de definir o tema que responde a certos parâmetros de raciocínio com os quais se acredita estar em desacordo. Há muitos raciocínios de pessoas que estão pesquisando no âmbito das ciências humanas que estão fortemente determinados pelos parâmetros dominantes que conformam certos discursos, como esse de derrota,

por exemplo. No México se fez um exercício: tomou-se a produção intelectual de ciências políticas de diferentes orientações filosóficas e teóricas, porque supunha-se que, a partir dos pressupostos teóricos e filosóficos sobre certos temas, poderia-se chegar a conclusões diferentes. No entanto, estão interferindo no raciocínio dos autores parâmetros que estão fortemente vinculados ao discurso do poder, e para além das diferenças teóricas ou filosóficas, todos se incrustavam, de uma maneira quase inconsciente, no interior desses parâmetros. Isso é consequência de não se ter em conta quantas leituras admite um momento histórico.

Mas para responder quantas leituras é possível organizar frente a um momento histórico, tenho que ter feito o esforço de haver me incorporado ao momento histórico. Posso fazer exercícios sobre o que é pobreza, sobre o que é um regime democrático, ou qualquer outro fenômeno, a partir de milhares de livros que possa ler, sem no entanto resolver meu problema no momento histórico. Isso o pesquisador tem que constituir na medida em que se situa historicamente. E o que significa situar-se historicamente? Não significa situar-se em datas. Pensar que estou historicamente situado porque situo o fenômeno que abordo entre duas referências de data não é pensar

historicamente. Isso é somente pensar em termos cronológicos. O problema está em que não é suficiente pensar em termos cronológicos, porque a cronologia do fenômeno é somente um ponto de partida. Verbalizamos, às vezes, assim: eu penso historicamente, eu sou um indivíduo historicamente determinado e, portanto, o que eu estou pesquisando é relevante historicamente. Mas isso não passa, muitas vezes, de boas intenções.

Aqui surge o primeiro desafio, uma das primeiras funções dessa relação com o conhecimento. Pode-se perguntar: que relação com o conhecimento há nas obras de Habermas? Que relações com o conhecimento houve em Marx, em Durkheim, em Simmel, etc.? É importante a pergunta, pois geralmente não nos damos conta de que em muitos desses autores há uma relação com o conhecimento que eu não posso trasladar ao meu contexto.

A relação com o conhecimento implica, para dar uma primeira formulação, um recorte da realidade. Um recorte é uma delimitação da realidade que realizo baseada em certas exigências teóricas que são indicadas por um determinado autor. No caso da Ciência Política, posso afirmar, por exemplo, que vou recortar o fenômeno da democracia de acordo com a teoria de Bobbio ou de Sartori. Ocorre que o momento histórico

que eu estou enfrentando pode estar contendo realidades que não estiveram presentes em nenhum estudo anterior. Há uma observação que provém de Adorno acerca de um problema que está permanentemente colocado no pensamento nas Ciências Humanas (e também nas Ciências Naturais), que é o que ele chama *déficit do conceito* ou *déficit das estruturas conceituais*. Esse conceito de *déficit* alude a tudo o que supostamente está fora do conceito, tudo o que está fora não de um conceito isolado, mas que está fora de toda uma estrutura conceitual. Um erro sério que podemos cometer é, por estarmos usando uma estrutura conceitual de um autor, por genial que seja, pensarmos que tudo aquilo que se considera associado ao tema já está resolvido nessa estrutura conceitual. É um tema desafiante, uma vez que não há nenhuma regra de ouro que me diga como resolvê-lo. É o mesmo que, quando se lê *A estrutura das revoluções científicas*, pedir a Kuhn que diga como reconhecer a anomalia de algo. Kuhn assinala que uma das condições de desenvolvimento das ciências é reconhecer anomalias — anomalia é o que não se ajusta à teoria. Mas não há uma regra que estabeleça: aqui você tem de reconhecer a anomalia que diz respeito à regra um, dois e três. Porque isso seria quase como admitir uma concepção automática do desenvolvi-

mento da ciência. Isso não está regrado, como não há uma regra, portanto, que assegure que você, este ou aquele pesquisador definiu bem seu tema ou que seu tema esteja pessimamente definido, em termos de sua potencialidade.

Como nesse exemplo da anomalia, podemos ainda considerar que, ao manejar um *corpus* teórico, por mais genial que seja, não posso imaginar que, porque esse *corpus* foi genialmente elaborado e deu lugar a uma série de teorizações, durante um tempo prolongado, se está resolvendo a incorporação do momento histórico, simplesmente porque se utiliza seus conceitos. Aqui é relevante a advertência de Adorno, quando assinala que sempre há um *déficit* do conceito, sempre há algo que não está no conceito.

A realidade — chamemos a Realidade com maiúscula — está em um constante movimento que não podemos prever. Esse movimento, essa mutação, essa transformação da realidade dos fenômenos sócio-histórico-culturais, é precisamente o que nos indica o problema. Uma estrutura conceitual que foi formulada em um tempo  $x$  não assegura, automaticamente, que com ela se possa recolher toda a riqueza de um fenômeno em um tempo  $y$ , e menos ainda em um tempo  $n$ . Ela é útil ante o enfrentamento com as estruturas

conceituais — enfrentamento no sentido de construção — para dar conta das exigências de conhecimento que estão sendo colocadas por um momento histórico novo. Por exemplo, as teorizações sobre a democracia que se fizeram nos anos 50 e 60 não são totalmente aplicáveis à democracia de hoje. Essas teorizações apresentam um *déficit* a respeito de certas problemáticas da democracia de hoje em dia.

Um exemplo dos mais dramáticos desse problema do *déficit* é o que se passou com as análises de classes sociais na América Latina. As análises de classe na América Latina são um típico exemplo de um raciocínio mecânico que consistia em que, porque se utilizavam determinadas categorias ricas, muito poderosas, se estava assegurando a abordagem da problemática, a dinâmica transformadora do fenômeno, e isso não foi assim. Com isso, por exemplo, escapou a muitos estudiosos — não digo a todos, mas à imensa maioria — o peso que sobre as dinâmicas sociais e sobre as dinâmicas geradoras de identidades coletivas tinha a tecnologia, o processo tecnológico. A revolução tecnológica aplicada no âmbito do processo de trabalho estava gerando uma série de transformações não claramente observáveis em um fenômeno como a classe trabalhadora. Isso não foi devidamente apreciado e ficamos,

portanto, aplicando uma categoria que terminou sendo uma categoria a-histórica. O mesmo se passou em estudos sobre os camponeses, as classes médias, o Estado, os militares, etc...

É muito fácil usar conceitos ou estruturas conceituais e, sem mais, aplicá-los a uma situação histórica. Aqui no Brasil, nos anos 70, foram publicados vários textos sobre os golpes militares que estavam ocorrendo na América Latina. O que se percebe é que, sem maior esforço de análise quanto ao que consistiam os golpes que se haviam dado aqui, na Argentina, no Uruguai, no Chile, no Peru, etc., de imediato, sem maior análise histórica, se lhes atribuiu o caráter de golpes ao estilo do “Dezoito Brumário”, tal como analisado por Marx. Era muito fácil qualificá-los dessa forma, como também com outra adjetivação de fascistas. Mas não era nem um caso nem outro. Esses golpes constituíram-se em fenômenos muito mais complexos, distintos, que podiam ter elementos de um ou de outro, à raiz teoria do Dezoito Brumário ou do fascismo, tal como foi teorizado na Itália ou na Alemanha, mas aqui havia elementos novos. Esses elementos novos apenas recentemente começaram a ser incorporados à análise. Esse é um exemplo do descuido em termos de se crer que uma estrutura conceitual sempre está adequada à

História, quando na verdade isso não acontece.

Os fenômenos históricos podem estar ultrapassando as limitações das estruturas conceituais. E isso aplica-se a qualquer fenômeno. Alguns, inclusive, muito simples, como o fenômeno da pobreza ou do analfabetismo. Que é ser pobre hoje, não ontem? Que significa ser analfabeto hoje, não ontem? Não é o mesmo. O significado de ter determinado grau de escolaridade hoje não é o mesmo de ontem. Do contrário, poderíamos ter a teoria de tudo para sempre ou, pelo menos, por ciclos históricos muito prolongados, e acreditar que durante esses ciclos os conceitos mantêm sua vigência ou sua validade. Não é assim. Estamos em presença da historicidade dos fenômenos, e é ela que nos apresenta surpresas. Na medida em que não somos capazes de incorporar a historicidade, que é seu próprio movimento, e seu próprio movimento que responde a dinâmicas muito complexas, não podemos entender esses fenômenos.

Estão sendo desenvolvidos aqui trabalhos de pesquisa muito interessantes sobre identidade coletiva, nos quais se aborda — e isso é pouco usual — a relação entre identidades coletivas e tempo, ou seja, o tempo no processo de geração de identidades coletivas ou, para usar um termo mais convencional, sujeitos sociais,

atores. Aí há um risco muito significativo: a tendência a transformar um ator em um produto, em uma situação terminal, já feita, de uma vez para sempre, à qual eu aplico uma estrutura conceitual que pode ter sido elaborada há cinquenta anos. Mas é muito diferente enfocar esses atores sociais a partir de suas próprias exigências de historicidade, que no fundo são suas próprias exigências de construção no tempo — constantemente estão se construindo no tempo. Os conceitos têm que ser adequados a essa exigência, de outro modo ficam desabafados da realidade, e o grande perigo, então, é a redução do novo que tenha o fenômeno às estruturas conceituais que se utiliza. Isso não é fácil de resolver. Não há técnica ou regra para isso.

Gaston Bachelard faz uma advertência, que pode parecer evidente, quase uma bobagem, no entanto é muito pertinente. Ele dizia que a tarefa da Ciência é dar nome aos fenômenos, mas há nisso dois riscos. O primeiro é dar um nome velho a coisas novas. Por comodidade intelectual, por ter lido um texto *a* ou *b*, pode-se apossar de um conjunto de conceitos e aplicá-los, ainda que não proceda, a um novo fenômeno. Isso é muito freqüente. Veja-se o exemplo dos golpes militares na América Latina, aos quais se colocaram nomes velhos antes de se fazer o esforço de

estudá-los a fundo. Esse é um risco do qual ninguém está imune. Às vezes se incorre nessa falha até com satisfação, porque é uma maneira de dizer que se está seguindo a um autor, e se esse autor denominou esse fenômeno de uma determinada maneira, também lhe damos o mesmo nome. Nesse caso, pode-se estar sendo muito conseqüente a respeito de um autor, mas vai-se permanecer fora do fenômeno.

O segundo risco, que também é muito freqüente, sobretudo por uma má assimilação de certas tendências pós-modernas, é acreditar que porque o fenômeno não tem um nome, não se lhe pode colocar nenhum, não vale a pena nem sequer estudá-lo. Não tem nome, nunca teve nome, portanto não terá nome. O que reforça a outra tendência: ou não estudar, ou colocar nome velho em coisas novas. Então, há que retornar o que foi dito antes: isso tem a ver com o problema dos *deficits* dos conceitos e das estruturas conceituais, se os confrontamos com as constantes mudanças que os fenômenos estão enfrentando. Isso alude a grandes temas que às vezes são apresentados no plano da filosofia das ciências, e se relaciona com o primeiro momento do processo de investigação, quando é escolhido e enunciado um tema. Isso está presente quando se está colocado o problema da História, ou quando se escolhe não incorporar a História e reduzir

o tema ao que poderia ser um conjunto de afirmações prévias que tenham sido retiradas de outros textos, de outros autores. Esse é um tema que tem enormes possibilidades de desenvolvimento, mas que é aqui simplesmente mencionado, por parecer suficientemente claro.

Mas qual seria a conseqüência prática dessa disposição no processo mesmo de pesquisa? Porque, não sendo por isso, tudo poderia tornar-se um mero jogo de idéias. A importância que tem é que apenas situar um tema em um momento já é um grande esforço de raciocínio, é propriamente um trabalho de criação. O primeiro ato de criação em um processo de pesquisa, qualquer que seja sua ambição, sua complexidade, é este. Só assim se pode explorar as potencialidades do tema, ou seja, as potencialidades de análise que o tema tenha. Somente a situação de um tema, em um determinado contexto, permite ver como esse tema pode estar relacionado com outros temas e como esses outros temas são ou não pertinentes de levar-se em conta para fazer um recorte metodológico do tema que eu estou examinando. Isso é algo que precisa ser entendido, que esse conhecimento produza, que seja um conhecimento utilizável, e não apenas um conhecimento contemplativo, que me dê gosto pessoal e nada mais.

Um mesmo tema, tomado em contextos históricos diversos, resulta em

coisas muito diferentes. O emprego, por exemplo, é um tema aparentemente tão empírico, que parece não ocultar nenhum enigma. Todos entendemos o que seja emprego e desemprego, ainda que nem sempre estejamos de acordo sobre o que é desemprego. No entanto, é muito diferente estudar emprego e desemprego se tomamos em conta dois contextos históricos que foram muito claros na América Latina: um, o contexto dos anos 50 e 60, com a presença de Estado de bem-estar, com o predomínio das chamadas políticas keynesianas; outro, o atual modelo neoliberal. Os tipos de relações que têm um fenômeno econômico — desemprego — com outros fenômenos, como os políticos, os institucionais, são completamente diferentes. Analisados no contexto do Estado de bem-estar, tinham uma clara vinculação com a política de gastos públicos, com a geração de um certo tipo de infra-estrutura que se considerava teórica e politicamente como base necessária para o crescimento posterior do país. Hoje, isso soa completamente diferente. Atualmente, emprego e desemprego não têm a ver só com determinadas políticas públicas, mas relacionam-se fundamentalmente com a estrutura que está assumindo, nesse momento, o processo de produção, segundo a presença de um mercado transnacionalizado.

Outro exemplo: estudar comunidades indígenas há vinte anos e hoje é completamente diferente, pelo menos em alguns países. No México, hoje em dia não se estuda uma comunidade indígena da mesma forma como estudou a velha antropologia cultural, para quem a comunidade indígena era uma espécie de território geográfico perfeitamente delimitável, que se vinculava apenas com um *habitat*, o *habitat* da comunidade, que era um território muito preciso, igual ao povo que estava no interior desse *habitat*. Hoje, estudar uma comunidade supõe estudar as relações que tem um certo tipo de população dispersa geograficamente em muitos lugares do país não apenas com a geografia, com o *habitat*, mas com o Estado. Estudar a comunidade indígena não é simplesmente fazer um estudo de antropologia descritiva, como vivem os indígenas, como usam seus recursos, que costumes têm, se estão bem ou estão mal, que políticas se pode definir para eles. Atualmente, a problemática da comunidade indígena como tema está vinculada ao problema da centralização do poder estatal. Esta é uma diferença contrastante.

Portanto, colocando-se nessas duas situações, o que se pode explorar teoricamente do tema em um contexto ou noutro é completamente diferente. Pode-se fazer certos exercícios de problematização em um sentido, quando

se situa o tema em um dado contexto, e outros exercícios de problematização, quando se situa em um contexto diferente. Sempre estamos enfrentando esse tipo de situações. Isso é algo elementar no plano da mera enunciação. Mas não é tão simples de resolver no plano mesmo do projeto de pesquisa, porque é mais fácil não problematizar o tema do que problematizá-lo.

Quando se toma um tema, por vontade, por escolha, por sugestão de alguém, pode-se transformar esse tema, de imediato, em um objeto teórico? Há que tomar esse tema, saber por que foi tomado, para que é estudado, situá-lo em um momento histórico, e só então problematizá-lo, para que, a partir dessa problematização, se possa dizer quantos objetos teóricos há ali. Quando isso é feito, esse tema provavelmente já não caberá somente em um objeto teórico, mas poderá dar lugar a muitos objetos teóricos.

Quando se diz que a comunidade indígena no México, para dar um exemplo, já não pode ser estudada isoladamente, senão que é necessário estudá-la como parte da problemática do que vem chamando a "nação indígena" — nação, que não é o mesmo que comunidade —, significa que estender a comunidade demanda mais tempo do que propriamente o tema comunidade, como funcionam em termos econômicos,

em termos políticos, em termos culturais — esse pode ser um objeto, mas também contém outros. Essa comunidade é parte de um ente maior, como é a Nação Maia, ou não? Como está essa comunidade, com toda sua aparente passividade e quietude, afetando a política do Estado em termos de investimentos estrangeiros? Situando-se o tema em um momento histórico, pode-se realmente trabalhá-lo em todas as suas potencialidades, que estão presentes em um momento determinado, nesse que se está estudando, e não fazer um simples jogo, um simples malabarismo conceitual através de idéias preconcebidas sobre o tema, transformando esse tema em um objeto, simplesmente. Há aí uma questão muito importante, que tem a ver com a incorporação da História, a História entendida como um momento histórico.

Existem hoje, por aí, muitas pesquisas que estão disponíveis, as quais se conhece ou se pode conhecer, pois estão ao alcance, que dão conta de objetos, mas não permitem entender o momento histórico em que está situado esse objeto. E o que é mais importante: entender o momento histórico ou entender o objeto? Alguém poderia dizer que o objeto. Mas então caberia perguntar: objeto de quê? Ou objeto para quê? E aqui, então, de novo emergem o que se pode chamar de parâmetros. Pode ser um objeto

problemático para o discurso do poder, e pode-se, então, estar entrando numa pesquisa que, sem querer, mesmo tendo uma inspiração crítica, só conseguirá fazer um jogo no interior de um espaço de realidade que está já pré-definido por um parâmetro de poder. Essa é uma coisa muito séria. É séria na medida em que não se saiba que está acontecendo. Quando se sabe que acontece e o pesquisador, podendo optar, opte por isso — o pesquisador tem todo direito de não querer romper com os parâmetros do poder, querer permanecer no interior deles —, então que o diga claramente, e que não creia que aquilo que ele está definindo como a realidade do tema é a única definição de realidade do mesmo. Esse é um ponto fundamental.

Pode-se apresentar exemplos em relação à pobreza no México, no Chile. Os especialistas em pobreza não estão de acordo quanto ao que é ser pobre. A raiz das divergências é simplesmente esta: os parâmetros de leitura são diferentes. Os dados são os mesmos, relativamente os mesmos, mas os parâmetros de leitura são diferentes. Por exemplo: há quem leia a pobreza à luz da distribuição de renda, e, por sua vez, a distribuição de renda como uma política particular, podendo haver outras políticas de distribuição de renda. Por outro lado, há quem considere que a distribuição de renda tem apenas

uma lógica capaz de resolvê-la, que é a que impõe o discurso do poder nesse momento. Obviamente, esses dois tipos de ótica chegarão a conclusões diferentes a respeito dos pobres. No Chile, por exemplo, os que compartilham do parâmetro estabelecido pelo discurso do poder não vêem a pobreza, não a aceitam, ainda que os indicadores estejam ali, e não a aceitam porque seus parâmetros os impedem de vê-la. Por que os impedem? Porque de acordo com essa lógica do poder, na medida em que a população mantém uma taxa de crescimento baixa, enquanto o PIB aumenta a uma taxa, imaginemos, de 5% a 6%, durante um certo intervalo de anos, então os pobres já são menos pobres, porque estão sendo partícipes desse produto interno bruto. Esse é um exemplo elementar, mas totalmente real, que se presta a todo tipo de discussões. Por outro lado, os que consideram que o PIB mede o crescimento de certos estratos sociais, mas não da população, como pretende o outro grupo, obviamente afirmarão que houve crescimento da renda dos estratos mais elevados socialmente, e que houve um rebaixamento dos estratos sociais inferiores. Portanto, incrementou-se a diferença entre ricos e pobres. Logo, segue havendo pobres. Isso é terrível, porque as discrepâncias são enormes. No

México, alguns sustentam que os pobres são 20% da população. Com os mesmos dados, outros dizem que são 70% da população. Onde está a identificação? Está na estatística? Não, está no parâmetro de leitura da estatística. Ora, se isso pode ser visto em um tema sobre o qual há muitos aportes empíricos, como a pobreza, imagine-se como será com temas como poder, Estado, sociedade civil, educação, etc.

Essas considerações sobre a incorporação do momento histórico ao tema, cumprem, então, a função de permitir explorar as potencialidades que efetivamente o tema tem em um momento determinado. Essa *exploração* que se vai fazer do tema, que é um raciocínio problematizador do mesmo, vai permitir delimitá-lo em função de um objeto que vou escolher, como um objeto mais interessante em termos de pesquisa, ou de vários objetos, segundo o que eu queira fazer. Tendo clara a importância de proceder a incorporação, surge outra questão, que está fortemente vinculada a essa incorporação, mas que se reveste de outra natureza: *como* incorporar a História, como realmente resolver a incorporação do momento histórico do tema? Essa é uma questão aberta, mas algumas observações podem ser feitas. É quase impossível resolver a incorporação do momento histórico na pesquisa sem

saberemos “o *para quê se pesquisa*”. Poder-se-ia dizer que todos sabemos *para quê*. Há que duvidar-se disso. Há um grave *déficit* conceitual aí. *Para quem* não é o mesmo que dizer “quero provar a hipótese de Habermas”. Porque então viria outra pergunta: e por que queres provar a hipótese de Habermas? Então se diria: porque parece inteligente. E por que parece inteligente? Porque parece ser aplicável ao momento histórico em estudo. Por que acredita que é aplicável? E assim por diante. Observe-se que se trata de uma série de perguntas em progressão.

Temos aí um problema que se relaciona com o modo como o sujeito que pesquisa se está apropriando de certos insumos teóricos. Como se lêem os autores alemães, os norte-americanos, os italianos, etc.? A maneira como se lê está fortemente determinada pelo interesse ou desinteresse, a facilidade ou a impossibilidade de trabalhar com o momento histórico. Isso porque se pode estar simplesmente substituindo o momento histórico por uma carga bibliográfica. O *para quem eu estudar* não é, portanto, uma pergunta que admita respostas bibliográficas, de mera erudição de informação. O *para quem eu quero pesquisar* é uma expressão clara de se o sujeito pesquisador está ou não parado sobre seus próprios pés, em um momento

determinado, sem muletas. Se o pesquisador se posiciona no Brasil de hoje de forma autônoma, não é porque um senhor lhe disse que se posicione dessa ou daquela maneira. Como o pesquisador está se situando no momento histórico atual? Se está situando-se, vai ser capaz de responder *para quê quer estudar* algo.

Vejamos um exemplo banal, mas atroz, real: pode-se estudar a democracia para muitas coisas. Pode-se estudar a democracia para fortalecê-la ou para destruí-la. Certamente pode-se estudar a democracia para colocá-la abaixo. Pode-se estudar a democracia para manter uma certa ordem política e gerar uma série de regras que permitam estabelecer uma outra ordem política que facilite governos civis com as características que conhecemos, ou estudar a democracia para aprofundá-la, no que alguns teóricos poderiam chamar de um processo de democratização crescente. Outros poderiam, como alguns teóricos que andam por aí, estudar a democracia para provar sua debilidade ou sua fortaleza em relação ao modelo econômico. Esses *para quê* são completamente diferentes. Portanto, recortarão o tema de maneira diferente, os autores que fixarão serão diferentes, e lerão de maneira distinta esses autores.

Isso é algo que, no caso da democracia, aparece muito claro. Mas que também

se poderia ilustrar com o caso da educação. Como se lê, por exemplo, o Informe da UNESCO sobre educação, o Relatório Delors? Como se lê o Informe de Javier Perez de Cuellar sobre a cultura na América Latina hoje em dia? Esses são os dois informes da UNESCO sobre educação e cultura que são aplicados em diversos países. Como são lidos, de onde são lidos, para que são lidos esses informes? Isso que se está aplicando aqui a textos, há que se aplicar com respeito à realidade. Essas são perguntas que levam a uma problemática que já não é, *rigorosamente*, uma problemática existencial; talvez seja, sim, uma problemática existencial que tem uma forte influência em *como* eu construo o conhecimento, já que o *como* eu construo o conhecimento está determinado pelo *que* me preocupa conhecer, *porque* me preocupa conhecer algo.

A crise de visões de futuro, a crise das chamadas utopias, está influenciando fortemente em como se responde esta pergunta. Mais ainda, está influenciando em se há ou não a pergunta. Se ocorre um colapso de valores de tal nível, de tal profundidade, isso pode levar a renunciar, psicologicamente falando, à colocação da pergunta *para quê*. Não se questiona. E por que não se questiona? Porque o único sentido que se está assumindo para estudar qualquer tema é o sentido imposto pelos

parâmetros do poder. Então, por que colocar um discurso utópico, que rompa com os parâmetros do poder? Não há necessidade de fazê-lo, e a não necessidade de colocar-se esta pergunta é porque não se tem nenhuma visão de futuro com a qual se possa trabalhar.

Esse é um ponto importante, que marca uma diferença fundamental entre a produção intelectual de hoje na América Latina e a produção dos anos 50, 60 e uma parte dos 70, que foi uma produção que esteve fortemente comprometida com um sentido de História, com um sentido *esperançador* de História, com a construção de determinadas utopias. As análises da classe trabalhadora, dos camponeses, das camadas médias, do Estado — houve tantas teorizações naquela época, e o Brasil as teve com notáveis —, foram todas construções teóricas feitas a partir de uma perspectiva de futuro, para construir algo. Hoje em dia, este sentido de construção da História está débil, para não dizer extinto em muitas pessoas. Portanto, se está extinto, não se pode perguntar *para quê estudo isso*, porque a resposta a esta pergunta já está dada pelo poder. Então, desenvolveu-se o costume de muitos intelectuais renunciarem à sua função de intelectuais e pretenderem, unicamente, transformar-se em funcionários do governo. No Chile, é espantoso o

deslocamento massivo da carreira acadêmica à de funcionário. Gente que era muito crítica, muito lúcida, muito propositiva, e agora admite qualquer coisa, servindo até a organismos policialescos. Nesse sentido — por que não dizê-lo? — concomitante a essa crise de utopia da intelectualidade há uma degradação dos intelectuais.

Nesse contexto, portanto, a pergunta *para quê estudar* é uma pergunta totalmente sem sentido. Ao contrário, é uma pergunta muito perturbadora. Porque significa dizer que não se está propondo algo diferente do poder, simplesmente se está com o poder. Mas como se resiste a dizê-lo, prefere-se não fazer a pergunta. Não está aqui em discussão a ética na construção do conhecimento, que também tem, evidentemente, significação. Apenas se está realçando a importância, inclusive metodologia, que tem colocar-se a pergunta *para quê quero conhecer algo*. Porque o *para quê quero conhecer algo* é uma condição fundamental para poder pesquisar historicamente, para poder incorporar o momento histórico.

Somente a partir de uma visão de futuro se pode ver a realidade em que se está situado e onde se está situando o tema de pesquisa como uma realidade não terminada, como uma realidade que está em movimento e que aceita ser

construída, ainda, em muitos sentidos. Se não se tem essa visão de futuro, a tendência será que cada um veja a realidade que lhe toca viver como uma realidade final, terminal, produto final e onde não cabe, portanto, nenhum jogo. Simplesmente há que descrever se está produzindo, porque não há uma opção de construir essa realidade em nenhum sentido diferente daquele que já está predefinido pelos parâmetros do discurso do poder. Então o problema é sistêmico. Não coloco aqui como um problema de filosofia moral, no sentido de que cada um encarrega-se do seu próprio destino. Essa é outra discussão. Aqui se está tratando do problema da construção do conhecimento que se pretende que seja um conhecimento historicamente relevante. E o relevante do conhecimento de qualquer tema é reconhecer essa situação histórica em que estamos como uma situação aberta, de possibilidades, potencial no que se refere e nas possibilidades de construção.

Essas são algumas das funções da relação com o conhecimento. Se não fosse por termos nossos próprios problemas, simplesmente seria o caso de fazer o que nos dizia um autor, já faz muito tempo: *tome um livro, escolha uma hipótese, e a transforme em objeto.*

Quantas pesquisas existem nesses termos? Uma coisa é certa: seguindo esse

caminho, a pesquisa se faz há muito tempo. Mas que relevância há? Há quem pense que a realidade é mais complexa, sempre mais complexa do que o que o próprio discurso do poder pretenda dizer-nos. E aqui de novo vem o conceito de *déficit*. Assim como há *déficit* dos conceitos, há *déficit* das teorias, ou seja, há sempre uma realidade que está além. Evidentemente há *déficit* nos próprios parâmetros do poder, sempre há algo mais além, que escapa ao que se pode, em um momento determinado, dizer-se como real.

Essas reflexões, a partir de um ponto de vista mais formal, implicam pelo menos três coisas elementares para que se possa situar o primeiro momento do processo de pesquisa. A primeira coisa é o questionamento, não necessariamente de exclusão, mas um questionamento inicial ao que poderíamos chamar de predomínio do objeto, predomínio do objeto pré-construído, sob a forma de um sistema de hipóteses.

A segunda, que está implícita no que está sendo dito aqui, é deter-se um pouco mais no conceito de objetividade, sobretudo no caso das ciências humanas, onde há diferenças entre conhecimentos. É uma objetividade que tem que ser trabalhada, utilizada, entendida na perspectiva de que a realidade social, histórica, está constantemente submetida a uma construção.

E a terceira coisa diz respeito a um ponto muito importante do debate atual e de mais difícil manuseio. Embora não tenha sido satisfatoriamente explorada aqui, a categoria de realidade autodeterminada foi aludida e esteve implícita à exposição. A utilização dessa categoria começou a emergir aproximadamente nos anos 50, nas ciências *duras*, e hoje está dominando grande parte das discussões, ainda que verbalizada de maneiras diferentes. A realidade é fortemente indeterminada. Um dos indicativos do que se está dizendo aqui, e que está fortemente vinculado à idéia da construção, é a noção de que estamos como que em um limite crítico do paradigma de cientificidade que dominou o pensamento científico, inclusive nas ciências sociais, nos últimos quatro séculos. Trata-se do esquema cartesiano, para dar-lhe um nome. Esse esquema está sendo, neste momento, questionado a partir das próprias ciências naturais, mas principalmente das ciências sociais. Apesar disso, prescindido de toda a problemática que vem da física, que tem sua importância específica, e apesar de todos os sintomas de crise de limites do paradigma, da explicação do sentido cartesiano, não tem havido suficiente dedicação a ela. Estamos, certamente, vivendo um momento de emergência de outros tipos de paradigmas, que

deverão permitir uma nova concepção do que é o conhecimento nas ciências sócio-históricas.